

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002373-16.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Tereza Pedro Pinto**  
 Requerido: **Jefferson Luciano de Sousa**

Prioridade Idoso  
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**VISTOS**

**TEREZA PEDRO PINTO** ajuizou **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER c.c COBRANÇA DE VALORES e INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **JEFFERSON LUCIANO DE SOUZA**, todos devidamente qualificados.

A autora aduz em sua inicial que no dia 18/07/2005 vendeu um veículo FIAT/UNO, de placa BTM 8031 ao requerido. Embora tenha obedecido todas as formalidades legais como assinatura e reconhecimento de firma do documento em questão o réu deixou de proceder a transferência para o seu nome, bem como deixou de efetuar o pagamento de licenciamentos anuais, e infrações de trânsito. Na compra, o requerido se valeu de financiamento concedido pelo Banco Itaú e não adimpliu as prestações mensais assumidas ocasionando a apreensão do bem. Enfatiza que por conta dos débitos existentes, seu nome foi incluído no CADIN e protestado. Para evitar igual providência nos órgãos de proteção ao crédito acabou pagando uma dívida de R\$ 889,64 referente ao IPVA de 2011. Pediu a condenação do requerido a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

transferir o veículo para seu (dele réu) nome, a pagar os débitos relativos desde 18/07/2005, a restituir o valor atualizado de R\$ 889,64 e a pagar indenização por danos morais. A inicial veio instruída por documentos.

A antecipação da tutela foi deferida em termos a fls. 21

Ofício carreado a fls. 35/37.

Citado por edital, o requerido recebeu curador especial, que contestou por negativa geral (cf. fls. 78).

**É o relatório.**

**DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.**

A autora vem a Juízo formulando vários pedidos: que o réu proceda a transferência para seu nome do veículo FIAT/UNO IE, ano 1995, de placas 8031, RENAVAM 00648468968, sob pena de multa ou que seja oficiado ao CIRETRAN para que o mesmo proceda a transferência; a condenação do requerido ao pagamento dos débitos relativos ao veículo; a condenação do réu ao pagamento do valor de R\$ 889,64 referente ao IPVA de 2011 além de indenização por danos morais e condenação do postulado nas verbas da sucumbência.

Restou devidamente comprovado nos autos que o veículo FIAT/UNO, placa BTM 8031 a ela pertencia e foi vendido ao requerido em **18/07/2005**. Na ocasião foi lavrado termo de comparecimento para

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

reconhecimento de firma por autenticidade perante o Tabelionato de Notas de Ibaté (é o que se depreende da documentação de fls. 13) e o documento entregue ao comprador, como exige a praxe.

A defesa apresentada pela zelosa curadora especial não tem força para obstar a procedência do reclamo.

Como adquirente, o requerido **tem obrigação** de efetuar a transferência do veículo para “seu nome” como pedido na portal e previsto, em destaque, em todos documentos de transferência de veículos, emitidos no Território Nacional.

Ocorre que até o momento o aludido inanimado “circula” em nome da autora, situação evidentemente irregular e que vem trazendo a ela claros inconvenientes.

No mais, tendo ocorrido a tradição é do adquirente a obrigação de pagar os tributos lançados sobre o bem.

A autora comprovou ter quitado o valor do IPVA do ano de 2011 e por tal motivo deve ser ressarcida (a respeito confira-se fls. 17).

De qualquer maneira, não podemos deixar de considerar que a autora teve grande parcela de responsabilidade nos dissabores que acabou experimentando, pois não concretizou a comunicação a que se refere o artigo 123, do CTB.

Insta salientar, ainda, que na sequência o veículo foi dado em alienação fiduciária ao Banco Itaú S/A que, de sua feita, também não providenciou o registro dessa transação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não há como acolher o pleito de dano moral.

O art. 123 do Código de Trânsito já determina que para a obtenção de novo certificado de registro, o proprietário tem trinta dias para a adoção das providências necessárias; mas, ao vendedor, é imposta a responsabilidade de informar a alienação à autarquia, sob pena de ser responsabilizado solidariamente por futuras penalidades (art. 134 do mesmo estatuto).

Essa “responsabilidade” do vendedor e do comprador é solidária até a data da comunicação da transferência da propriedade ao órgão de trânsito, até porque, enquanto não receber tal comunicação, o órgão de trânsito ignora o ato.

Verifica-se, no caso em questão, que a autora não comunicou ao DETRAN a transferência do automóvel como deveria, tampouco o real infrator das penalidades contra ela lançadas, assumindo, desta forma, a responsabilidade pelos atos subsequentes.

Portanto, não é possível atribuir ao réu a responsabilidade pelo pagamento de danos morais.

Nesse sentido os seguintes arestos:

**Ementa:** COMPRA E VENDA DE BEM MÓVEL – AUTOMÓVEL – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS – AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AOS ÓRGÃOS DE TRÂNSITO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO – Providência que compete ao adquirente, nos termos do art. 123, do CTB – Vendedora que deixou de providenciar a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

comunicação do artigo 134 do CTB, de modo que, se assim fosse, evitaria o dano – Multas de trânsito – Eventuais prejuízos suportados quanto à demora na transferência da propriedade do veículo que decorrem da desídia da própria autora em regularizar a documentação do bem – Danos morais – Não cabimento – Recurso provido (TJSP, Apelação 0013962-43.2012.8.26.0011, Rel. Des. Luis Fernando Nishi, DJ 16/06/2016).

\*\*\*\*\*

Assim, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial para o fim de determinar que o requerido, JEFFERSON LUCIANO DE SOUZA, providencie a transferência do veículo para seu nome em 30 dias após o trânsito em julgado.

Reconheço, outrossim, que a transação entre a autora e o requerido ocorreu de fato em 18/07/2005; assim, são de responsabilidade de Jefferson Luciano de Souza os valores de IPVA e multas eventualmente lançados sobre o inanimado a partir de então podendo a autora exigir o pagamento nestes autos desde que prove a liquidez e exigibilidade das cobranças que lhe foram (ou forem) enviadas.

Caso o prazo definido passe “*in albis*” sem a referida transferência esta sentença servirá como título para que o órgão de trânsito realize as devidas alterações em seu “sistema”, constando como dono do inanimado, o requerido Jefferson Luciano de Souza e a alienação fiduciária firmada com o Banco Itaú S/A.

**CONDENO**, ainda, **o requerido a restituir à autora**, TEREZA PEDRO PINTO, **o valor de R\$ 889,64** (oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), com correção a contar de 03/02/2015



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

(cf. fls. 17).

Diante da sucumbência quase total do requerido, arcará ele com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 880,00.

**P. R. I.**

São Carlos, 09 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**